

HOMOLOGO

2 de Março de 2009

O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto



(Laurentino Dias)

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

Entre:

1.º **Instituto do Desporto de Portugal, I.P.**, instituto público integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, com sede na Avenida Infante Santo, n.º 76, 1399-032 Lisboa, NIPC 506626466, neste acto representado por Luís Bettencourt Sardinha, na qualidade de Presidente, adiante designado por **IDP, I.P.**;

E

2.º A **Associação Nacional de Municípios Portugueses**, com sede na Avenida Marnoco e Sousa, 52, 3004-511 em Coimbra, NIPC 501627413, neste acto representada por Artur Trindade, na qualidade de Secretário-Geral, adiante designada por **ANMP**.

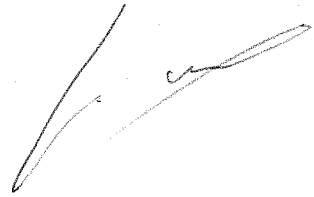
CONSIDERANDO QUE:



A) Nos termos do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, *“o Estado, em estreita colaboração com as Regiões Autónomas e com as autarquias locais e entidades privadas, desenvolve uma política integrada de infra-estruturas e equipamentos desportivos com base em critérios de distribuição territorial equilibrada, de valorização ambiental e urbanística e de sustentabilidade desportiva e económica, visando a criação de um parque desportivo diversificado e de qualidade, em coerência com uma estratégia de promoção da actividade física e desportiva, nos seus vários níveis e para todos os escalões e grupos da população”*.

B) Nesse contexto, a Carta Nacional das Instalações Desportivas deverá reunir a informação indispensável ao conhecimento da rede de equipamentos desportivos e como tal constituirá um instrumento de primordial importância para a *“realização de planos, programas e outros instrumentos directores que regulem o acesso a financiamentos públicos e que diagnostiquem as necessidades e estabeleçam as estratégias, as prioridades e os critérios de desenvolvimento sustentado da oferta de infra-estruturas e equipamentos desportivos”*;

C) Tais objectivos pressupõem o estabelecimento de um sistema informático de recolha, registo e gestão de informação que assegure, para além do rigor técnico, uma uniformidade de critérios e indicadores na caracterização da rede de equipamentos desportivos a nível nacional, regional e local, e sua regular actualização;



D) O **IDP, I.P.**, tem vindo a desenvolver um sistema de informação geográfica da Carta Nacional das Instalações Desportivas, com o objectivo de racionalizar a recolha, o registo e a organização da informação incidindo sobre todo o território nacional;

E) O referido sistema de informação geográfica virá possibilitar numa primeira fase, a revisão e actualização *on-line* da informação actualmente disponível, ampliando o seu âmbito e dando início a um novo ciclo no domínio da Carta Nacional das Instalações Desportivas, que passará a dispor de uma base interactiva de trabalho;

F) Numa segunda fase, deverão ser consolidadas as rotinas de actualização *on-line* e permanente, associadas ao licenciamento dos novos equipamentos ou intervenções nos existentes, articulando-se a intervenção dos Municípios, Serviços Desconcentrados do **IDP, I.P.**, e respectivos Serviços Centrais, que assegurarão a gestão e a acessibilidade à informação;

G) A par da recolha e gestão do acesso a essa informação, será assegurado pelo **IDP I.P.**, em articulação com as páginas electrónicas dos Municípios, a divulgação ao público, mediante consulta da Carta Nacional das Instalações Desportivas, do conjunto de instalações disponíveis e acessíveis para a prática desportiva individual ou organizada, com suporte de imagem e cartografia/vista aérea, através do recurso a aplicações actualmente existentes e amplamente divulgados, como seja o *Virtual Earth*;



H) Os Municípios têm um papel decisivo na prossecução desses objectivos atendendo, designadamente, ao actual enquadramento jurídico que rege o regime de licenciamento dos equipamentos desportivos;

I) Compete ao **IDP, I.P.**, promover e coordenar a elaboração do cadastro e o registo de dados e indicadores das instalações desportivas, compreendendo o levantamento e tratamento dos indicadores de caracterização do parque de infra-estruturas desportivas nacional;

J) Cabe à **ANMP** a prossecução dos objectivos gerais de promoção, defesa, dignificação e representação do poder local.

O **IDP, I.P.**, e a **ANMP** celebram e aceitam o presente Protocolo de Cooperação, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objecto)

O presente Protocolo tem por objectivo estabelecer a cooperação entre o **IDP, I.P.**, e a **ANMP** tendo em vista a elaboração de uma nova Carta Nacional das Instalações Desportivas, competência do **IDP, I.P.**, através da implementação de um sistema de informação geográfica dessas instalações desportivas, a ser actualizado com informação a disponibilizar pelos Municípios.



Cláusula Segunda

(Âmbito)

1. A Carta Nacional das Instalações Desportivas é um instrumento prospectivo que visa proceder ao diagnóstico das necessidades, estabelecer as estratégias e as prioridades, bem como os critérios de desenvolvimento sustentado da oferta de infra-estruturas e de equipamentos desportivos.
2. Os requisitos e as condições de elaboração das Cartas de Instalações Desportivas obedecerão a um modelo a aprovar, por Protocolo, entre as partes.

Cláusula Terceira

(Obrigações)

1. A **ANMP** deverá divulgar, junto dos seus associados, os objectivos do presente Protocolo, bem como os termos e condições nele previstas.
2. O **IDP, I.P.**, obriga-se a disponibilizar aos Municípios toda a informação sobre a Carta das Instalações Desportivas que considere relevante para a execução do presente Protocolo.

Cláusula Quarta

(Entrada em vigor e Duração)

O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará pelo prazo de um ano a contar daquela data, podendo ser renovado, por períodos de seis meses, mediante acordo das Partes.

Cláusula Quinta

(Alterações)

As Partes podem acordar alterações ao presente Protocolo, a qualquer momento, desde que as façam constar de documento escrito e assinado por ambas e que figurará como anexo a este documento.

Cláusula Sexta

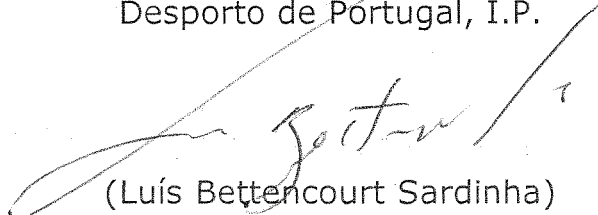
(Comunicações)

Todas as comunicações entre os Partes deverão ser feitas por escrito, dirigidas às moradas indicadas no preâmbulo deste Protocolo, ou por entrega pessoal contra assinatura de recebimento.

Celebrado em Viseu, aos 2 de Março de 2009, em 6 folhas e dois exemplares, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Pelo 1.º

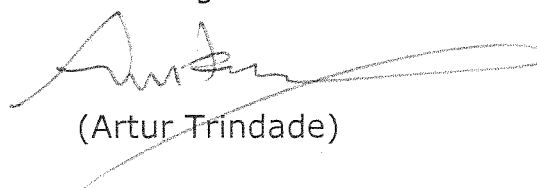
O Presidente do Instituto do
Desporto de Portugal, I.P.



(Luís Bettencourt Sardinha)

Pela 2.ª

O Secretário-Geral da Associação
Nacional de Municípios
Portugueses



(Artur Trindade)